

Brasília: a hora do necessário

Paulo Timm *



Brasília, Patrimônio da Humanidade, foi, desde sua criação, tocada pelos deuses. E, como tal, não lhe caía bem discutir as coisas do Reino da Necessidade. Conta-se que, certa vez, indagado sobre a importância de se pensar a escala das coisas úteis na cidade, o presidente JK teria respondido: "Vamos construir o supérfluo porque o necessário será feito de qualquer forma..."

A verdade é que o futuro chegou a Brasília, aos seus quase 40 anos de vida. E com ele as preocupações com as proclamadas necessidades, onde pontifica a economia. Lamentavelmente, não conseguimos construir, até agora, uma tradição local sobre os problemas e rumos do desenvolvimento. O "urbanofanismo" sufoca tudo que encontra pela frente e acaba se impondo pela genialidade dos mestres criadores.

Não obstante, é preciso um pensar econômico sobre a cidade. Reconhecer, primeiro, que não se trata, aqui, nem de uma nação, onde imperam os critérios de soberania, nem de um Estado Federal, onde à densidade política se associam virtudes territoriais que justificam, em parte, o autonomismo. A economia de uma cidade é o reino delfiniano da amoralidade. Faz-se o que se pode em função das vantagens comparativas específicas ora para turismo, ora para o comércio exterior, ora para a indústria, ora para a cultura e assim por diante. Trata-se, pois, de en-

contrar ou apenas identificar a alma de Brasília capaz de impulsionar-lhe o processo de geração de renda e emprego de forma a elevar paulatinamente sua participação no bolo nacional, em circunstâncias de crescente integração da força de trabalho à cidadania e ao mercado.

Neste caso, a vocação de Brasília parece evidente: capital da República, centro da administração do país, cenário de interesses óbvios na área de prestação de serviços. Falta, apenas, assumir esta vocação como o cerne de uma política de desenvolvimento, à qual associar-se-ão, naturalmente, uma política de desenvolvimento industrial e, remota-

mente, agropecuária.

Quais são os impasses derivados desta política francamente terciária no desenvolvimento da cidade?

O primeiro é saber se tal estratégia será capaz de elevar a participação do PIB-DF no PIB Brasil ao longo do tempo, a ponto de chegar, digamos em duas décadas, a algo em torno de 5%, qualquer coisa duas vezes superior ao que é hoje.

Isto dependerá do ritmo de crescimento da economia nacional e do nível da produtividade da economia local para abocanhar um pedaço maior. Isto não é difícil. Lembre-se apenas de que as exportações de serviços de software dos Estados Unidos são o

dobro, em valor, do produto de maior peso na pauta de exportações, que são os aviões. Logo, a ninguém ocorre, hoje, duvidar do êxito de uma estratégia de desenvolvimento centrada em serviços.

O segundo dilema é sobre quem será o agente propulsor desta estratégia: setor público ou privado? É claro que só pode ser este último. O ajuste da economia nacional está cortando fundo o papel do Estado na vida do país e Brasília, como centro do Estado, paga um duplo preço neste processo. O da elevação das taxas de juros que comprimem os investimentos e o corte dos gastos públicos e salários dos servidores. Não se trata, aqui, de discutir esta realidade, mas de reconhecê-la como indutora de um programa de valorização empresarial na capital da República que terá como consequência um "lento, seguro e gradual" processo de desestatização da cidade.

Mas quem financiará tal processo? Aqui entramos no terreno delicado das finanças públicas, capítulo à parte da estratégia de desenvolvimento local. O GDF está financeiramente esgotado. Não porque seja ineficiente na arrecadação de tributos locais. Pelo contrário, estamos acima da média nacional de ICMS, ISS, IPTU *per capita*. E fomos, talvez, a única unidade da Federação que elevou o

nível da arrecadação local. Não porque somos dependentes da União. Esta é uma bobagem que resiste ao tempo mas um dia será mais bem entendida pelos leigos. O problema da tal dependência não é financeiro, mas institucional. O dia em que mudar a lei é formos contemplados com um Fundo de Participação do DF no produto da arrecadação federal, tal como os estados e municípios já o detêm, terá acabado o assunto. Mas, enquanto isto, o Governo do Distrito Federal terá que, ele próprio, ajustar-se à nova realidade dos tempos. Na década de 60 éramos um paradigma de administração pública para o resto do país, em termos de descentralização de serviços públicos, universalização do seu atendimento e criação de instrumentos executivos fortes na sua execução (fundações). Deu certo. Temos os melhores índices sociais da América Latina e isto é

A ninguém ocorre, hoje, duvidar do êxito de uma estratégia de desenvolvimento centrada em serviços

um orgulho para todos os brasileiros. Mas hoje temos que repensar o modelo com vistas a elevar a qualidade e

reduzir os seus custos. Já não é possível simplesmente transferir a conta para a União. O grande protocolo a ser assinado pelo futuro Governo do Distrito Federal bem pode contemplar este ajuste, mas exigindo, em contrapartida, o apoio da União às mudanças estruturais que conduzam tanto à desestatização da economia local, como o apoio decisivo à germinação empresarial, como a aprovação do Fundo de Participação do DF.

* Administrador Regional do Lago Sul

03 FEB 1998

GAZETA DE BRASÍLIA